



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

<b>HABEAS CORPUS Nº</b>	<b>0003671-95.2014.8.17.0000 (0332649-0)</b>
<b>COMARCA:</b>	<b>CAPITAL</b>
<b>VARA:</b>	<b>TERCEIRA CRIMINAL</b>
<b>IMPETRANTE:</b>	<b>WASHINGTON TRINDADE DO NASCIMENTO</b>
<b>PACIENTE:</b>	<b>ABRAÃO LOPES DA SILVA</b>
<b>RELATOR:</b>	<b>DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO</b>
<b>PROCURADOR:</b>	<b>DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA</b>
<b>ÓRGÃO JULGADOR:</b>	<b>TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL</b>

**EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. INCERTEZA ACERCA DA AUTORIA DELITIVA DO PACIENTE. ANÁLISE APROFUNDADA DE PROVAS. IMPRESTABILIDADE DA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. DECRETO DESFUNDAMENTADO. IMPROCEDÊNCIA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO PACIENTE. SEGREGAÇÃO CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. INTELIGÊNCIA DO ART. 312 DO CPP. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA POR DECISÃO UNÂNIME.**

I – A alegação de que não há certeza da participação do Paciente no crime a ele imputado, envolve discussão a ser aprofundada no decorrer do processo originário, pois diz respeito ao mérito da causa, exigindo uma incursão aprofundada no conjunto probatório. Análise incabível na presente via (Súmula nº 80/TJPE). Contudo, vale salientar que há indícios de autoria do crime, especialmente diante do reconhecimento do Paciente pela vítima no evento criminoso. Não conhecimento.

II - A segregação cautelar do Paciente mostra-se necessária para garantir a ordem pública, diante da gravidade do crime, roubo majorado, revelador da periculosidade concreta de quem o pratica. *In casu*, trata-



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

se de delito cujo modo de execução e circunstâncias demonstram ser necessária e adequada a medida de exceção, tendo em vista que o crime foi cometido em comunhão de desígnios, mediante violência e grave ameaça, exercida por arma de fogo, com extrema audácia, em um posto de gasolina, localizado em um bairro movimentado, no início da tarde, demonstrando não ter qualquer respeito pelos seus pares, nem se importar com a ação da Justiça. Presente, portanto, pelo menos um dos requisitos justificadores da prisão preventiva – garantia da ordem pública, não há que se falar em qualquer ilegalidade a ser combatida, nem em violação a direito fundamental consagrado pela Constituição.

III - Eventuais condições subjetivas favoráveis, consoante alegadas, são irrelevantes, quando presente pelo menos um dos requisitos autorizadores da medida de exceção. Inteligência da Súmula nº 86/TJPE.

IV - Coação inexistente. Ordem denegada por decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0003671-95.2014.8.17.0000 (0332649-0), no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**

Anj



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

<b>HABEAS CORPUS Nº</b>	<b>0003671-95.2014.8.17.0000 (0332649-0)</b>
<b>COMARCA:</b>	<b>CAPITAL</b>
<b>VARA:</b>	<b>TERCEIRA CRIMINAL</b>
<b>IMPETRANTE:</b>	<b>WASHINGTON TRINDADE DO NASCIMENTO</b>
<b>PACIENTE:</b>	<b>ABRAÃO LOPES DA SILVA</b>
<b>RELATOR:</b>	<b>DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO</b>
<b>PROCURADOR:</b>	<b>DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA</b>
<b>ÓRGÃO JULGADOR:</b>	<b>TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL</b>

**RELATÓRIO**

**Washington Trindade do Nascimento**, advogado, impetra o presente *habeas corpus* liberatório, ausente de pedido de medida liminar, em favor do Paciente **Abraão Lopes da Silva**, qualificado à folha 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca da Capital, em face do processo nº 0009286-63.2014.8.17.0001.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito no dia 04/02/2014, sendo denunciado pela conduta típica prevista no art. 157, § 2º, incisos I e II, do CPB (denúncia às fls. **24/26**).

Aduz o Impetrante, em apertada síntese, que o Paciente padece de constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: a) não há certeza da participação do Paciente no fato delitivo, devendo ser aplicado, assim, o princípio *in dubio pro reo*; b) ausência dos motivos autorizadores de sua prisão preventiva; e c) diante de suas condições subjetivas favoráveis, sendo primário, com bons antecedentes,

Anj

44



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

profissão definida (auxiliar de carga e descarga), e residência fixa, possuindo assim, direito a revogação de sua prisão. Ressalta que o Paciente responde apenas a um TCO, porém sem qualquer gravidade, não tendo nenhuma condenação transitada em julgado.

Não houve pedido de liminar.

Instada a se pronunciar, a autoridade indicada coatora, ofereceu informações à **fl. 23**, que vieram acostadas dos documentos de **fls. 24/31**.

A Procuradoria de Justiça, através do procurador, Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira, ofertou parecer, **às fls. 35/38**, manifestando-se pela denegação da ordem.

É, em resumo, o relatório.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

46

<b>HABEAS CORPUS Nº</b>	<b>0003671-95.2014.8.17.0000 (0332649-0)</b>
<b>COMARCA:</b>	<b>CAPITAL</b>
<b>VARA:</b>	<b>TERCEIRA CRIMINAL</b>
<b>IMPETRANTE:</b>	<b>WASHINGTON TRINDADE DO NASCIMENTO</b>
<b>PACIENTE:</b>	<b>ABRAÃO LOPES DA SILVA</b>
<b>RELATOR:</b>	<b>DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO</b>
<b>PROCURADOR:</b>	<b>DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA</b>
<b>ÓRGÃO JULGADOR:</b>	<b>TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL</b>

**VOTO**

Consta da denúncia de **fls. 24/26** que o Paciente, na companhia de terceiro, na tarde do dia 04/02/2014, por volta das 12:45 horas, utilizando-se de uma motocicleta, assaltou o Posto BR, no Bairro do Espinheiro, nesta cidade, subtraindo do frentista, Wellington Correia de Melo, a quantia de R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais). Após perseguição, foi preso em flagrante delito.

Pois bem.

Em relação à alegação de que não há certeza da participação do Paciente no crime a ele imputado, trata-se de discussão a ser aprofundada no decorrer do processo originário, pois diz respeito ao mérito da causa, exigindo uma incursão aprofundada no conjunto probatório, sendo essa análise incabível na presente via (Súmula nº 80/TJPE)<sup>1</sup>. Contudo, vale salientar que há indícios de autoria do crime, especialmente diante do reconhecimento do Paciente

<sup>1</sup> Súmula nº 80/TJPE: A restrita via do *habeas corpus* não comporta o revolvimento probatório necessário a aferição da negativa de autoria.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

pela vítima no evento criminoso, conforme relato posto na decisão de **fls. 29/30**.

Também não há como prosperar a insurgência da defesa quanto à prisão preventiva do Paciente, diante da alegada inocorrência dos motivos autorizadores que justifiquem a sua prisão. Como bem ressaltou o Magistrado de 1ª Instância, em sua decisão, conforme se vê à **fl. 27**, ratificada às **fls. 29/30**, a prisão preventiva do Paciente se justifica como garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade do delito, bem como diante da periculosidade concreta do Paciente, evidenciada pelas circunstâncias do fato, tendo em vista que o crime foi cometido em comunhão de desígnios, mediante violência e grave ameaça, exercida por arma de fogo, com extrema audácia, em um posto de gasolina, localizado em um bairro movimentado, no início da tarde, demonstrando não ter qualquer respeito pelos seus pares, nem se importar com a ação da Justiça. Vejamos excerto do *decisum*:

**"(...) Circunstâncias pessoais favoráveis não afastam a possibilidade de prisão preventiva, nem, por si sós, autorizam, de plano, a liberdade provisória. Ademais, vê-se que o requerente foi quem abordou a vítima de posse da arma de fogo utilizada no assalto, segundo a prova indiciária. Demais disso, perante a autoridade policial, o ofendido reconheceu o denunciado ABRAÃO como sendo uma das pessoas que lhe assaltou [sic] (Auto de Reconhecimento de Pessoa de folha 21). Cuido que estão presentes os requisitos do decreto de prisão processual. Vê-se que o fato imputado é marcado por**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**extrema ousadia e destemor dos envolvidos, vez que em pleno horário comercial abordaram em posto de gasolina, localizado em bairro movimentado desta capital, de porte de arma de fogo."**

Diante disso, não se percebe qualquer ilegalidade na prisão do Paciente, nem qualquer ofensa ao direito fundamental de liberdade constitucionalmente previsto, tendo em vista que o decreto preventivo imposto pelo Juiz singular em seu desfavor se encontra devidamente fundamentado, afigurando-se necessário e adequado.

Cabe ao Estado-Juiz, em delitos dessa natureza, roubo em sua forma qualificada, de alto potencial ofensivo, suficiente a ocasionar insegurança e abalo à ordem pública, o que evidencia a periculosidade concreta de quem o pratica, impor maior rigor na aplicação da lei a bem da ordem pública.

Por oportuno, trago à colação o seguinte entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

**"Deve ser negado pedido de liberdade provisória ao réu que pratica roubo qualificado, pois é delito grave e revela periculosidade do agente, justificando a manutenção da custódia como garantia da ordem pública, sendo irrelevante a primariedade, os bons antecedentes, a residência fixa e a ocupação lícita".**  
(RTACRIM 48/356).

Isso posto, certo é que não prospera o pleito de liberdade provisória ao Paciente, registrando-se que as suas condições subjetivas

Anj

cf 5



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

favoráveis, consoante alegadas pelo Impetrante, não elidem, por si sós, a custódia cautelar, quando presentes os requisitos autorizadores da medida. No presente caso, a garantia da ordem pública, sendo salutar mantê-lo preso preventivamente (Súmula nº 86/TJPE <sup>2</sup>).

Ante as considerações expostas, as quais tenho como elementos para a minha convicção, considero não haver qualquer ilegalidade ou abuso de poder que justifique a concessão do presente remédio constitucional, pelo que **voto denegando a ordem**.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**

<sup>2</sup> **Súmula nº 86/TJPE:** As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.